

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 35, tel.: 836-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O presidente e o ministro estavam lavando as mãos

Para o deputado Delfim Netto, a reunião do presidente da República com todo seu ministério, da última quinta-feira, foi um dos acontecimentos mais importantes da história recente do país. E explica: "É a primeira vez que o governo federal assume o fato de que os seus braços foram amputados. Ele precisa, portanto, cortar profundamente as despesas. Se o governo levar a coisa com seriedade, o corte será dramático".

Se os jornais reproduziram com fidelidade as declarações do ex-ministro da Fazenda, nós não estamos de acordo com ele.

Vamos explicar por quê. Nós também pensávamos que a reunião de quinta-feira seria uma das coisas mais importantes na história recente deste país porque, de tudo que ouvimos e lemos de fontes do governo, inclusive o presidente, a respeito da sua convocação, concluíamos que nela o presidente da República iria anunciar ao país e aos seus ministros — concretamente — os cortes dramáticos de despesas que seriam feitos — o projeto de orçamento estava em suas mãos havia muitos dias —, não apenas porque o governo teve "seus braços amputados", "mas principalmente porque mesmo que isso não tivesse acontecido essa seria a única forma de evitar um desfecho trágico da marcha ascendente de uma inflação que já é quase hiper".

Não foi isso que aconteceu.

O que realmente aconteceu na reunião foram apenas dois discursos longos e enfadonhos, ao fim dos quais a impressão que ficou foi a de que ou por falta de coragem política ou por impossibilidade prática criada pela nova constituição, ou pelas duas coisas juntas, os cortes que virão não serão tão dramáticos assim. (O que poderá vir a ser dramático será o subsequente choque fiscal.)

O discurso do presidente Sarney, tomado isoladamente, só merece aplausos.

Soou como uma justificação de motivos, na forma de um diagnóstico perfeito do mal que vai corroendo as entranhas do Estado brasileiro e, a partir dele, começa a alastrar-se para todo o organismo econômico nacional, sufocando-o, como o mata-pau descrito na famosa crônica de Monteiro Lobato.

É verdade que para qualquer brasileiro razoavelmente informado, como supomos que sejam todos os ministros, não era necessária qualquer justificação de motivos e muito menos qualquer diagnóstico.

Mas faz parte do ritual de uma reunião ministerial convocada para a discussão de um orçamento a justificação de motivos.

Acontece que, terminado o segundo discurso — o do ministro do Planejamento — verificou-se que não havia motivo para qualquer justificação de motivo.

Foi um autêntico anticlímax. Tão longo e tão genérico como o do presidente, o discurso do ministro João Batista de Abreu nos pareceu mais uma confissão de impotência para fazer aquilo que o presidente da República acabara de proclamar que era indispensável fazer para evitar a hiperinflação que ele disse que não acontecerá.

E, terminada a leitura desta segunda "fala", fomos obrigados a repensar no sentido — e no objetivo do discurso do presidente.

Sarney falou na meta de zerar o déficit público e jogou para o Congresso a responsabilidade de possibilitar esse resultado, além de colocar ênfase especial na transferência de encargos da União para Estados e municípios.

O ministro João Batista de Abreu limitou-se a repetir o diagnóstico do presidente, acrescentando-lhe alguns toques de dramaticidade. Disse, por exemplo, que aquilo que se conseguiu adiar com o congelamento da URP — o estouro da caixa do governo com a incapacidade de pagar o funcionalismo — vai acontecer dentro de poucos meses. E o estouro será muito maior do que o que foi adiado, graças aos enormes aumentos dos encargos financeiros da administração federal provocados por disposições da nova Constituição. E no que diz respeito a déficit zero, nada disse nem muito menos prometeu.

Quanto a medidas concretas para cortar despesas, repetiu de forma esquemática o que já havia dito em outras ocasiões sobre a maneira de o governo adaptar-se à amputação dos braços a que se referiu o deputado Delfim Netto. Ou seja, com a transferência determinada pela nova Constituição de 17% das receitas da União para Estados e municípios, transferem-se para Estados e municípios encargos correspondentes aos 17%.

Nada de redução do tamanho da máquina estatal, nada de supressão de órgãos ou ministérios e muito menos de dispensa de funcionários, seja os 300 mil que seriam ociosos desde já, seja os milhares de outros que se tornarão ociosos com a transferência de programas e serviços para Estados e municípios. Mesmo porque, se já era difícil dispensar funcionários antes da nova Constituição, com a sua promulgação será praticamente impossível.

Segundo matéria assinada pela jornalista Cláudia Safatle, publicada na Gazeta Mercantil de sábado, a famosa Operação Desmonte — que se transformou naquilo que o ministro do Planejamento expôs de forma esquemática na reunião de quinta-feira — vai representar um ganho de menos de 1% do PIB — cerca de 800 bilhões de cruzados (o que nos faz lembrar da Operação Desmonte "vazada" pelo Correio Braziliense há oito dias).

Segundo a matéria da Gazeta Mercantil, para se chegar ao déficit zero prometido por Sarney aos seus ministros, considerando-se que, pelos cálculos da equipe econômica do governo, só com despesas de pessoal a União terá de gastar no próximo ano quase o dobro da sua receita líquida, ficam faltando 1 trilhão e 600 bilhões de cruzados de cortes para que o déficit operacional seja zerado no próximo ano.

Alguém pode acreditar que na reunião de quinta-feira o presidente e o seu ministro do Planejamento não estavam de posse desses dados?

Por isso tudo é que achamos que o deputado Delfim Netto deu importância excessiva à tal reunião. Ela não autoriza a expectativa de qualquer "seriedade" por parte do governo.

Juntando as "falas" ali proferidas e mais as já violentas reações dos governadores de Estado contra o pouco que o governo prometeu realmente fazer, chegamos à conclusão de que o presidente e seu ministro do Planejamento estavam apenas lavando as mãos em público na reunião de quinta-feira. O presidente, com o evidente objetivo de jogar governadores contra constituintes — veja-se o que aconteceu no encontro entre o governador de Minas e o multipresidente Ulysses Guimarães, talvez alimentando a esperança de ter algum rendimento disso na próxima convenção do PMDB. O ministro, que como seu colega Maílson da Nóbrega já está plenamente convencido de que perdeu a sua batalha, com o propósito de lembrar à opinião pública o que disseram os porta-vozes do governo quando, no domin-

go atrasado, o jornal de Brasília vazou o que realmente deveria ter sido a Operação Desmonte.

Quanto ao que o governo está pensando em fazer para tentar ainda evitar a catástrofe, fomos-nos esquecendo de uma esclarecedora passagem do discurso do sr. João Batista de Abreu, onde se lê: "... a meta da redução do déficit público (ele não fala em zerar) demandará medidas adicionais na área tributária que permitam recuperar padrões historicamente observados nas receitas federais. Essas medidas, contudo, devem ser objeto de projeto específico..."

Específico — mas velho conhecido da sociedade civil brasileira.